

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 13

(Sem revisão final)

31 de janeiro de 2019

(17 h 11 m – 18 h 06 m)

Ordem do dia:

Audição do Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel Misseno
Marques

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Odete João (PS)

Rui Silva (PSD)

João Vasconcelos (BE)

Telmo Correia (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

Berta Cabral (PSD)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde. Vamos iniciar mais uma audição da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Eram 17 horas e 11 minutos.

Hoje temos presente o Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel Misseno Marques, a quem agradeço, desde já, a disponibilidade para estar aqui.

Já tive oportunidade de referir ao Sr. Tenente-Coronel que a audição se iniciará com uma primeira ronda de perguntas, em que os diversos grupos parlamentares dispõem de até 8 minutos, sendo as repostas dadas diretamente pelo depoente.

A audição de hoje surgiu a requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e, portanto, nesses termos, cabe à Sr.^a Deputada Odete João dar início à inquirição, seguindo-se o Partido Social Democrata.

Sem mais delongas, dava, então, a palavra à Sr.^a Deputada Odete João que só interromperei para a alertar para o fim do tempo que lhe está atribuído.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Tenente-Coronel Pedro Marques e saúdo-o em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sobre a questão ocorrida em Tancos, naturalmente que há um antes e um depois e importa fazer uma análise mais cuidada para termos a perceção clara do que se passou.

Portanto, começo por lhe perguntar desde quando é que é comandante da Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida.

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques** (Comandante da Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida desde 21 de fevereiro de 2018): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, permitam-me, antes de mais, agradecer o convite e dizer que espero corresponder às vossas expectativas.

Respondendo à sua pergunta, estou em funções desde 21 de fevereiro de 2018.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Pode o Sr. Tenente-Coronel falar-nos do seu percurso militar?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Com certeza, Sr.^a Deputada.

Ingressei na Academia Militar em 1989. Terminei o curso de Infantaria em 1995, data em que ingressei no quadro permanente do Exército.

Desempenhei várias funções de comando e Estado-Maior ao longo da minha carreira, nomeadamente neste comando fui comandante de pelotão, fui comandante de companhias e atualmente comando uma unidade de escalão batalhão.

Nas funções de Estado-Maior, basicamente, estive mais ligado às operações. Estive também um tempo no pessoal, mas estive mais nas operações terrestres e operações aéreas na Brigada de Reação Rápida.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Portanto, com a sua experiência, naturalmente, o comando da Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida enquadra-se no que tem vindo a ser o seu percurso militar.

A pergunta que lhe faço é: qual é a missão desta Unidade e quais são as competências que lhe estão afetas?

O Sr. Ten. Cor. Inf **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sr.^a Deputada, a missão da Unidade é a de apoiar, como o próprio nome indica, o Quartel-General da Brigada de Reação Rápida, neste caso, apoiar administrativa e logisticamente as Unidades lá sediadas, ou melhor, as Subunidades, chamemos-lhes assim, porque tem lá o agrupamento sanitário e o Estado-Maior coordenador da Brigada e o próprio comando da Brigada.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Nessas competências enquadra-se também a segurança à própria Unidade e a Tancos?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sim, é correto.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — O Sr. Tenente-Coronel sucedeu ao Sr. Tenente-Coronel David Teixeira Correia que integrava a escala de segurança, na altura, aos Paióis Nacionais de Tancos quando ocorreu o furto, embora não fosse a sua Unidade que estivesse ao serviço no dia em que o mesmo ocorreu.

Sabendo que o seu antecessor foi exonerado e 15 dias depois renomeado, como encara o Sr. Tenente-Coronel esta situação? Como é que ela é encarada no meio militar?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Olhe, Sr.^a Deputada, o que lhe posso dizer é que realmente não vivi essa situação. De facto, é uma situação sobre a qual não lhe poderei dar... Só vivendo e só quem passa pelas questões é que, realmente, às vezes tem uma opinião mais formada. Mas não tenho muito a adiantar sobre isso.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — O anterior Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Rovisco Duarte exonerou cinco comandantes. É esta situação frequente? Isto do conhecimento que tem e com base na carreira militar que tem. Tem conhecimento de casos semelhantes?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Na minha carreira não tenho conhecimento. Desde que entrei na vida militar, não tenho conhecimento de nenhuma situação dessas, mas, pronto, há uma primeira vez para tudo.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Tratou-se esta exoneração de uma estratégia de comunicação externa, no fundo, para acalmar a opinião pública?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sr.^a Deputada, de facto, não tenho dados concretos para poder opinar. Seria apenas a minha opinião pessoal, mas não estou dentro da situação e, como não estava nas funções, na altura, não acompanhei a fundo a situação.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Naturalmente que esta situação deixou rasto no desempenho dos militares, no seu dia a dia, e a pergunta que lhe faço é se, depois de ter chegado ao comando da Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida, sentiu algum mal-estar ou algum sentimento de injustiça dentro do Exército face a estas exonerações.

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Não, porque na altura em que assumo o comando já tinha passado bastante tempo dos acontecimentos, incluindo o facto de o próprio material já ter sido transferido dos Paíóis Nacionais de Tancos.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Os paióis 14 e 15 estavam afetos ao Regimento de Engenharia n.º 1 e era este Regimento que, no dia do furto, era responsável pela segurança dos Paióis Nacionais de Tancos.

Do seu conhecimento militar, acha que pode haver alguma coincidência ou alguma preocupação sobre esta situação?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Não vejo nenhuma relação.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Já lhe perguntei se esta situação do furto e das exonerações causou preocupação junto do meio militar e agora pergunto se encontrou a sua Unidade afetada pelos acontecimentos do furto propriamente dito e se isto constituiu para o Exército um embaraço.

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Em relação à minha Unidade, não encontrei, porque, como lhe disse anteriormente, já tinha passado bastante tempo. Obviamente, em relação ao Exército, o que lhe poderei é que é sempre uma situação desagradável.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Até pelos valores pelos quais o próprio Exército se rege, naturalmente, não são fáceis estas situações.

Todos sabemos que o estado de degradação das infraestruturas e dos meios complementares de vigilância nos Paióis Nacionais de Tancos era conhecido há muito no meio militar. Considera que a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos era de máxima prioridade?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — A segurança dos paióis de Tancos era mais uma missão que qualquer uma das Unidades

que lá fazia serviço tinha para desempenhar e garantidamente posso dizer-lhe que era desempenhada com todo o zelo e aptidão.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Posteriormente ao furto, foi decidido deslocalizar ou colocar o material de guerra noutros locais, como Santa Margarida, Alcochete e Marco do Grilo.

Considera que as condições de Santa Margarida são melhores em comparação com as existentes nos paióis de Tancos?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sr.^a Deputada, não conheço as instalações de Santa Margarida atualmente.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Relativamente à elaboração do seu relatório de posse, penso que o terá feito, que informação em matéria de segurança foi transmitida pelo seu antecessor?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Posso confirmar-lhe que o meu relatório foi feito. Não sei se tiveram acesso a ele, porque foi tudo via cadeia de comando.

Em relação ao meu antecessor, não havia grande passagem, porque já estava na atual situação em que estão.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — No seu relatório de posse de comando, a situação de Tancos já é a que hoje conhecemos, portanto, já tinha sido transferido o material de guerra para outros paióis. Quais foram, para a sua Unidade, os principais problemas que identificou face às competências que lhe estão atribuídas?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sr.^a Deputada, só para clarificar: em relação à segurança dos Paióis Nacionais?

A Sr.^a **Odete João** (PS): — E da própria Unidade!

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Naquela altura, como lhe disse, já tinha passado bastante tempo, e as regras de empenhamento e aquilo que lá estamos a fazer é meramente uma presença física de forma a preservar aquelas instalações, nada mais do que isso. Portanto, é uma coisa mais ligeira, chamemos-lhe assim.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Quando assumiu o comando, foi feita alguma referência à Operação Troia?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Não.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Como disse, a segurança, neste momento, face à situação atual, e utilizo a sua expressão, é mais «ligeira».

A pergunta que lhe faço é se a sua Unidade tem meios humanos e materiais adequados às missões que lhe estão atribuídas.

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Neste momento, em relação à segurança, sim. Mas, a minha Unidade depara-se, e isso é alvo do meu relatório de posse de comando, com uma situação crítica em termos de recursos humanos.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Isso em termos do número de efetivos que estão afetos à Unidade?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Para todos os serviços que a Unidade desempenha, obviamente.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — A divisão e partilha da responsabilidade entre a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, no que se refere às instalações e à requisição de material e acesso propriamente dito aos paióis, e outras unidades em sistema de rotatividade mensal onde figurava a Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida sob o seu comando, com responsabilidades ao nível das entradas e da segurança no perímetro, não poderia — e sei que já não é a situação atual, mas gostava de ter a sua opinião — ser geradora de problemas ou, pelo menos, não poderia arrastar os problemas já identificados há largos anos? Essa falta de unidade de comando não poderá ter sido uma vulnerabilidade?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — A única coisa que lhe poderei dizer, Sr.^a Deputada, é que poderá ser. Mas é um «suponhamos», porque realmente, neste momento... Na altura em que tudo aconteceu, estava numas funções completamente distintas das que tenho agora e nem sequer acompanhei a situação a fundo.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Uma das medidas a implementar na sequência das averiguações internas ao desaparecimento do material nos paióis de Tancos, e agora cito, foi: «ações destinadas ao reforço da segurança das Unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército e proceder à revisão imediata das normas e procedimentos internos no âmbito da segurança militar». Este foi o Despacho n.º 119/CEME/2017.

Foram corrigidas as anomalias ao nível da segurança física da Unidade?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Da Unidade? Dos Paióis?

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Sim.

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Foram feitas algumas melhorias, mas não na totalidade, dada a situação em que estão atualmente.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — O Sistema Integrado de Controlo de Acesso e Vigilância Eletrónica já foi implementado?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Que eu tenha conhecimento atualmente ainda não.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — O pessoal envolvido na segurança da Unidade tem treino individual para garantir a manutenção dos padrões de desempenho operacional estabelecidos, nomeadamente no que à segurança se refere?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Para a atual situação, sim.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — O mesmo despacho determina a possibilidade da criação de um campo militar de Tancos à semelhança do campo militar de Santa Margarida.

Tem conhecimento de algum desenvolvimento neste sentido?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Não tenho.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Entre o material identificado no furto contavam-se explosivos plásticos, granadas e armas antitanque. Foi voz comum que o sistema de segurança falhou. E falhou, daquilo que sabe, por que razão?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Como lhe digo, não estava ligado a essa área e, de facto, não tenho grande informação sobre a mesma para que possa dar uma resposta concreta, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Então voltamos à Unidade. Considera que, face ao perímetro de segurança que está adstrito para vigiar, e tendo em conta o número de efetivos — que já disse serem reduzidos —, poderia dar-se o caso de não se efetuarem rondas ou de não se desencadearem outras medidas de segurança estabelecidas?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Não tenho esse conhecimento, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Obrigada, Sr. Tenente-Coronel.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tendo a palavra o Sr. Deputado Rui Silva, nos mesmos termos.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados e o Sr. Tenente-Coronel, também pela sua presença nesta Comissão de Inquérito.

Queria realçar, mais uma vez, que a audição do Sr. Tenente-Coronel foi pedida pelo Partido Socialista e que o PSD pretende apurar todas as responsabilidades operacionais, logísticas e, essencialmente, políticas, que potenciaram o furto de material militar dos Paióis Nacionais de Tancos.

Digo-lhe que o resultado desta primeira inquirição feita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista era aquilo que já esperávamos. Não víamos grande pertinência na audição de quem foi nomeado pós-furto e, de facto, as respostas que, até ao momento, o Sr. Tenente-Coronel deu, pouco vêm acrescentar ao conhecimento que poderemos vir a ter no futuro sobre o que, de facto, aconteceu.

No entanto, compreendemos que o Sr. Tenente-Coronel, entre outras funções, tendo sido nomeado para o comando de uma Unidade que também tem responsabilidade de segurança e vigilância dos paióis, desconheça o funcionamento desse serviço, à época.

Contudo, as perguntas que lhe iremos fazer são, essencialmente, baseadas nos seus conhecimentos e experiência militares — não em relação ao furto, porque sabemos, e já verificámos, que pouco conhecimento irá trazer para o apuramento do acontecido. Iremos questioná-lo, de facto, com base nos seus conhecimentos e experiência militar.

Sr. Tenente-Coronel, como tomou conhecimento do furto das armas nos paióis de Tancos?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Tomei conhecimento pela comunicação social.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Era a resposta que já esperávamos.

Enquanto militar, perante este furto, o que é sentiu? No momento em que tomou conhecimento pela comunicação social, entendeu que esse furto

era algo expectável? Não era algo expectável? O que é que sentiu enquanto militar?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Apenas senti desagrado pela situação.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Esta pergunta já foi efetuada pelo Partido Socialista, mas vamos só aprofundar um bocadinho.

Passado este tempo, como está a moral das Forças Armadas? Por certo, passado cerca de um ano e meio após o furto, já terá havido alguma reflexão, quanto mais não seja, pessoal. Como é que avalia aquilo que se passou?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sr. Deputado, de facto, não represento, neste momento, as Forças Armadas. No entanto, a única coisa que lhe posso dizer, em relação à minha Unidade, é que não vejo, nesta altura, nenhuma situação que possa afetar a moral, devido a esse facto.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Mas, há bocado, referiu que as Forças Armadas pelo menos se sentiram embaraçadas com o acontecimento, nunca fizeram uma reflexão? Nunca pensaram o que é que terá acontecido, por que é que terá acontecido? Isso não preocupa um militar enquanto homem de ordens, de regras, de zelo?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Preocupa apenas numa questão de foro pessoal, mas em relação à instituição, como um todo, não me compete a mim avaliar esse tipo de situação.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Como comandante de uma Unidade responsável pela segurança e vigilância dos paióis e tendo nós conhecimento de que as armas foram transferidas para outros paióis, nomeadamente, para Santa Margarida, continua a justificar-se essa vigilância? Em que condições e com que número de efetivos?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Permita-me só uma pequena correção. Não sou responsável pela segurança, mas sim responsável pela coordenação da segurança. Da segurança a responsabilidade cabe a cada Unidade que está a fazer o serviço.

Em relação a... Desculpe, podia só...

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Gostaria de saber, neste momento, se considera que se deve continuar a fazer vigilância?

Já referiu que ela está a ser feita. Em que moldes está a ser feita? Em que condições e com que efetivo?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — É apenas mais uma missão que me é atribuída.

Neste momento, estamos, como disse há pouco, a garantir a segurança, para que não haja vandalismo nas instalações. E aguardamos, com serenidade, a decisão sobre aquele local.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sei que também não era comandante à época, no entanto, tendo conhecimento da dimensão do perímetro e da perigosidade das armas que estavam nos paióis de Tancos, na sua opinião, o efetivo que estava alocado a esses serviços — um sargento, um cabo e seis praças — era suficiente para a eficácia e eficiência do serviço?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Acredito que tenha sido feito o estudo adequado para isso. E, pelas ordens que foram dadas pela cadeia de comando aos comandantes, à época, acredito que sim.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — As diretivas e NEP (norma de execução permanente) atuais são, agora, muito diferentes das existentes no momento do furto?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Necessariamente, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Exatamente.

Estas últimas perguntas têm como base, essencialmente, a sua experiência militar e os seus conhecimentos.

Na sua opinião, o furto exigiu muito planeamento, muitas horas de vigilância sobre os procedimentos e as rondas feitas pelas Unidades que tinham adstritas a vigilância e a segurança, ou terá sido feito por pessoas, com ajuda ou pessoalmente, que tinham conhecimento endógeno e *insider information* que favoreceram o furto?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Não tenho dados concretos que possam confirmar qualquer uma dessas suas afirmações ou corroborar essas suas informações. No entanto, calculo que tenha sido uma coisa pensada. É o que lhe posso dizer.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — É que, de facto, com quatro Unidades, com rondas em tempos diferenciados, com militares diferentes, de certeza que teria de exigir um grande planeamento.

No entanto, um seu colega, coronel dos paraquedistas, disse aqui que achava que o roubo tinha sido feito por amadores.

Qual é a ideia do Sr. Tenente-Coronel?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Foi o Sr. Coronel, Coronel... Não comento, foi a opinião dele.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Temos, agora, conhecimento de que, em períodos anteriores ao furto, houve rumores sobre a possibilidade de um episódio desta natureza.

Alguma vez o Sr. Tenente-Coronel teve conhecimento de rumores dessa natureza ou terão sido feitas, ao nível das chefias militares, reflexões sobre essa eventualidade?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Não, não tenho conhecimento, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Tendo os militares consciência do incremento do terrorismo — nomeadamente na Síria, personificado na ação do Daesh —, sendo Portugal um membro fundador da NATO (North Atlantic Treaty Organization), tendo a opinião pública, em todos os países, contactado, na sua generalidade — em toda a Europa e no Médio Oriente —, com atos de terrorismo, tendo-se efetuado roubos de armas em instalações militares em Espanha, em França e na Alemanha, não entende, com a sua experiência e os seus conhecimentos militares, que os serviços de segurança do Estado, as chefias militares e até o poder político, tivessem equacionado um episódio semelhante a este?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — É tudo possível, Sr. Deputado.

O que lhe posso dizer é que, de acordo com a formação militar que temos, que os militares têm, há um princípio nas informações que aplicamos, mais ou menos, no nosso dia a dia, que é a necessidade de conhecer.

Não teria nunca, dada a minha situação atual, acesso a determinado tipo de informações. Há a necessidade de conhecer e a informação é passada a quem necessita de a conhecer. E eu, esse tipo de informações, não tenho.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Mas não entende que, quando em França assistimos a atos terroristas com muita frequência, pelo menos se justificaria, em Portugal, que o grau de ameaça fosse elevado?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Existem serviços próprios para fazer esse *assessment* — se me permite, aqui, a palavra inglesa — e é a essas entidades que compete fazer essa avaliação e fazer alteração, ou não, dos estados de segurança que, depois, ao meu nível, chegarão através da cadeia de comando.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Mas nunca, entre os militares, foi sequer aventada a hipótese de isso acontecer, perante o que está a acontecer em toda a Europa?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Não tenho conhecimento.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Finalmente, na sua opinião, terão o poder político, as chefias militares, e os serviços de segurança de Estado, uma nova

mentalidade e disponibilidade para prevenir que não se repitam acontecimentos desta natureza?

O que é que tem sido feito para incrementar essa prevenção?

O que é que gostaria, pela sua experiência e conhecimentos militares, que fosse feito e o que é que, no seu entender, também ainda não foi feito, perante esta situação?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sr. Deputado, quanto ao início da sua pergunta, o que lhe posso dizer é que seria tola qualquer pessoa que não tirasse ilações das coisas que acontecem e, pelo menos, não tivesse lições apreendidas dessa situação.

Notei, e é público — e os senhores têm esse conhecimento —, que houve um incremento de segurança, ao nível da tecnologia, nas Unidades, e a minha foi uma delas. É isso.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Não me disse o que é que, na sua experiência, gostaria que fosse feito e que mudasse, em diretivas, em NEP, em posturas por parte do Exército, no sentido de que estes episódios não voltassem a acontecer.

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Não em termos de diretivas, porque, normalmente, as diretivas do escalão superior são mais genéricas e depois, aos mais baixos escalões, extraímos aquilo que importa realmente para o nosso escalão.

O que está a acontecer é que, é óbvio, tenho propostas feitas para que haja uma melhoria, pelo menos da tecnologia, dado que, como já disse aqui, os recursos humanos são escassos.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Uma última pergunta: do resultado que temos, até agora, só foram penalizados praças. No seu entendimento, quem é que poderá ter falhado mais, o poder político, as chefias militares ou os serviços de segurança do Estado?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Que tenha conhecimento, não foram só praças que foram punidos, chamemos-lhe assim. Julgo que também foi punido um sargento. Quanto ao resto, não tenho nada para lhe dizer sobre a questão das chefias.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Nem uma opinião própria?

Coloquei aqui três opções: poder político, chefias militares e serviços de segurança do Estado. Não tem uma opinião própria, Sr. Tenente-Coronel?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — É apenas a minha opinião, que é própria.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tendo a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos, nos mesmos termos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Tenente-Coronel Pedro Miguel Marques, agradecendo-lhe, antecipadamente, pelas respostas.

As questões que aqui irei formular, evidentemente, terão de ter em atenção também o facto de o Sr. Tenente-Coronel só ter tomado posse da Unidade a partir de fevereiro de 2018. Confirma, Sr. Coronel?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Confirmando, sim: 21 de fevereiro de 2018.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, foi bastante tempo depois do assalto a Tancos.

O Sr. Coronel pode confirmar quando se deu o assalto a Tancos?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Julgo, se a memória não me falha, que foi a 28 de junho... julho, perdão... Deixe-me ver...

Pausa.

Foi a 28 de junho de 2017.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Bloco de Esquerda considera que, efetivamente, foi um acontecimento grave o assalto a Tancos e o furto, o roubo daquele material de guerra, daquele material militar.

O Sr. Tenente-Coronel considera que, efetivamente, o Exército foi atingido na sua credibilidade? Considera que alguma coisa falhou? Considera que o armamento ou os explosivos furtados tinham grande ou pequeno grau de letalidade?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Da pouca informação que tenho e do que sei que foi furtado, o material tem alguma letalidade, obviamente.

Em relação à questão que me colocou sobre o Exército, obviamente é sempre uma situação desagradável em qualquer instituição.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Que funções exercia e onde se encontrava o Sr. Tenente-Coronel na altura do assalto a Tancos?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Era Chefe do Gabinete de Prevenção de Acidentes da Brigada de Reação Rápida.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, o Sr. Tenente-Coronel conhecia e conhece perfeitamente os mecanismos, está por dentro das funções que exerce a Brigada de Reação Rápida? Portanto, sabia, com certeza, que havia uma Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida que tinha alguns militares que, de quatro em quatro meses, faziam a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sim, tinha esse conhecimento.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito bem.

Sr. Coronel, no seu relatório de posse de comando, que é de abril de 2018, é dito que uma das competências é garantir a segurança aos Paióis de Tancos, mas, como se sabe, na altura o material de guerra já tinha sido transferido para outras unidades. A que se deve isto? Portanto, novamente a segurança dos Paióis de Tancos, com os mesmos procedimentos, por que é que isto consta no seu relatório de comando?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Consta no meu relatório porque, como lhe disse, ou como já disse aqui, é mais uma missão que é atribuída. Neste momento, julgo que todos são conhecedores

dessa situação e que é apenas para garantir a não vandalização das instalações, mas consome recursos humanos, obviamente.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Tendo em conta que o Sr. Tenente-Coronel estava afeto à Brigada de Reação Rápida e que conhecia os mecanismos também da Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida e os militares que faziam a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos, com certeza que sabia também de que forma, de que modo, em que intervalos eram feitas as rondas a esses paióis. Naturalmente, como comandante, como oficial superior, estava perfeitamente por dentro de toda essa situação. Como é que o Sr. Tenente-Coronel explica que no intervalo das rondas, pelo menos de duas, tivesse existido um tempo de duração de 20 horas?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sr. Deputado, não tenho conhecimento dessa informação. Tenho conhecimento, em relação à segurança, fruto da minha formação militar, mas, como lhe digo, eu desempenhava funções completamente distintas, embora fosse na Brigada de Reação Rápida e, normalmente, quando estamos numa determinada função, tentamos focar a nossa atenção apenas nessa função.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Há uma camarada seu, que foi aqui ouvido na Comissão de Inquérito, que confirmou que havia um intervalo de cerca de 20 horas relativamente às rondas, pelo menos às duas rondas, a que antecedeu o furto e a seguinte. Disse que entre as duas houve um intervalo de 20 horas.

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sr. Deputado, não confirmo nem desminto porque não tenho essa informação.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também é sabido que o sistema de videovigilância, os sensores estavam inoperacionais desde longa data. Desde 2000, 2006, que o sistema foi considerado obsoleto, não havia peças sobressalentes, portanto, o sistema foi considerado inoperacional. Isto era do conhecimento geral, certamente que o Sr. Tenente-Coronel sabia.

Não obstante não ter uma função direta relativamente à segurança dos Paióis Nacionais de Tancos, sabia com certeza que aquele sistema se encontrava degradado, inoperacional e que havia várias falhas, a outros níveis, de segurança física dos paióis.

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Tinha algum conhecimento, sim.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E de que forma tinha esse conhecimento? Pode relatar aqui alguns casos que se tenham passado?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Apenas por ouvir dizer. Foi apenas por ouvir dizer que, de facto, aquele sistema estava inoperacional e que não estava a funcionar ao longo dos anos e do tempo em que fui acompanhando por inerência das funções. Mas nunca estive ligado à situação.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Tenente-Coronel, há um documento do Estado-Maior General da Brigada de Reação Rápida para o Comando das Forças Terrestres, datado de 26 de agosto de 2015, onde se faz um diagnóstico às instalações dos Paióis Nacionais de Tancos e onde é referido, entre outros assuntos, que o sistema de sensores e de videovigilância não funcionam, que há vegetação excessiva no interior do perímetro do paiol — portanto, esta vegetação excessiva existe —, que há

um grande número de lâmpadas fundidas no perímetro do paiol e vedação muito degradada em alguns pontos. Esse documento oficiava os superiores hierárquicos do Comando das Forças Terrestres para que atuassem no sentido de resolver estas situações.

Um ano depois, também num documento do Estado-Maior General da Brigada de Reação Rápida para o Comando das Forças Terrestres, datado de 6 de julho de 2016, portanto, praticamente um ano depois, faz-se novamente um diagnóstico do assunto e volta a falar-se que o sistema de sensores e de videovigilância não funcionam, da vegetação densa no interior do perímetro do paiol, da vedação muito degradada em alguns pontos, que as torres de vigilância estavam num estado elevado de degradação, colocando em risco de segurança o seu uso. Enfim, nesse documento pedem-se os ofícios dos superiores para resolver o assunto. O certo é que um ano depois assistimos ao assalto aos Paióis de Tancos.

Sr. Tenente-Coronel, é normal o Exército atuar desta forma, com um ano, dois anos de distância? O Sr. Tenente-Coronel tem conhecimento de algumas *démarches*, de alguns ofícios que fossem feitos junto dos responsáveis superiores, para resolver a situação de forma atempada e rápida, tendo em conta que os Paióis Nacionais de Tancos são uma infraestrutura de elevada sensibilidade militar? Ao fim e ao cabo, chegámos a 28 de junho de 2017 e houve aquele furto. Será que terá havido aqui algum sentido de desleixo dos comandos superiores do Exército que, efetivamente, não terão ligado a estes assuntos que eram reportados? O que é que o Sr. Tenente-Coronel tem a dizer sobre esta situação?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sr. Deputado, o que posso dizer sobre isso é que — como tem aí nos documentos à sua frente, e muito bem — foram relatados ao longo dos tempos. É o que sei também. Mas, obviamente, acredito na minha hierarquia e calculo que

alguém deve ter feito o estudo inerente a esses relatos que foram sendo feitos ao longo dos tempos e que as prioridades foram definidas por quem tem o dever e a competência para o fazer.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Não considera que se os responsáveis têm atuado de forma mais ou menos célere, tendo em conta a sensibilidade da infraestrutura, tendo em conta as degradações, as lacunas, as deficiências existentes, que o assalto podia ter sido evitado?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Se podia ter sido evitado, ou não, não sei. Não consigo fazer esse raciocínio que o senhor está a fazer.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Mas foram exatamente estas lacunas e estas deficiências que terão contribuído para o assalto a Tancos?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sim, é uma possibilidade.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E a questão de existirem apenas oito homens que estavam afetos à segurança dos paióis, oito homens de cada Unidade, tendo em conta que em 2007 houve uma reestruturação a este nível, passando de 44 para oito homens, isto também teria potenciado o roubo, teria potenciado o assalto aos paióis?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sr. Deputado, em relação a isso o que lhe posso dizer é que alguém, neste caso a cadeia de comando do Exército, com certeza, fez as suas análises do grau de ameaça na altura e entendeu por bem colocar esses quantitativos. Que eu

tenha conhecimento, nunca ouvi falar de 44 elementos, apenas talvez no papel.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Para terminar, o anterior Chefe do Estado-Maior do Exército, fruto dos acontecimentos, referiu que tinha havido erros estruturais e sistémicos, desleixo, falta de supervisão. O Sr. Tenente-Coronel concorda com estas afirmações do anterior Chefe do Estado-Maior do Exército?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Não comento, Sr. Deputado, não comento.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP.
Sr. Deputado Telmo Correia, tem a palavra, nos mesmos termos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, obviamente, quero cumprimentar o Sr. Tenente-Coronel pela sua presença e pelas respostas que já nos foi dando e pelos esclarecimentos que nos foi trazendo.

Do ponto de vista do CDS, procuraremos ser práticos para pouparmos algum do tempo do Sr. Tenente-Coronel, que terá mais coisas que fazer e nós próprios também. De resto, não pedimos esta audição porque, e a primeira verificação que é óbvia, o Sr. Tenente-Coronel entrou em funções depois de quase todos os acontecimentos relevantes e, portanto, sobre isso pouco nos poderá dizer.

Ainda assim, e não obstante, há aqui uma sequência que, de alguma forma, nos diz que, enfim, as falhas existentes, sejam elas na própria vedação, sejam as falhas do sistema de vigilância, sejam as falhas do número de efetivos, seja a tal história do mato e do tratamento do mato, que era uma

questão recorrente, que foi sendo conhecida, que foi sendo sabida e, eventualmente — enfim, isto já é uma leitura mais política, não lhe cabe a si —, nunca foi suficientemente acautelada, por assim dizer.

Na minha opinião, o que nos pode dizer de relevante nessa matéria, o Sr. Tenente-Coronel já fez referência. Mas vou insistir consigo porque devo confessar-lhe uma coisa: não posso ter a certeza, mas acho que não li o seu relatório de posse de comando. Não sei se já o recebemos ou não, não sei se já o temos na nossa posse.

Pergunto-lhe se, sobre esse relatório de posse de comando, nos pode dizer mais alguma coisa do que procurou transpor nessa área. Ou seja, do período antecedente ao seu, o que transpôs para esse relatório de posse de comando das informações que recebeu do seu antecessor sobre as falhas evidentes que podem ter estado, essas, sim, na origem dos acontecimentos, que são, obviamente, anteriores à sua chegada não à Unidade, mas a esta função?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sr. Deputado, em relação a isso penso que já foi sobejamente dito aqui, nesta Comissão, que os relatórios da posse de comando — e partilho da mesma opinião — não têm de versar nada sobre os Paióis Nacionais de Tancos, porque, como digo, a unidade responsável por esses paióis era a UAGME (Unidade de Apoio Geral de Material do Exército) e os relatórios de posse de comando são das Unidades que nós comandamos. Desculpe falar no plural, mas normalmente é a prática comum em todos os comandantes.

Em relação ao meu relatório de posse de comando, de facto, eu faço lá uma referência, mas em relação ao reduzido efetivo que, com mais essa missão de guarnição do local atual dos paióis, é mais um motivo de preocupação e de gestão de recursos humanos, obviamente, apenas e só.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Há aqui uma questão curiosa. Na audição anterior, ouvimos o seu antecessor dizer que esta Unidade — que, no fundo, é a Unidade de Apoio à Brigada de Reação Rápida que é da sua responsabilidade, da qual, obviamente, fala no plural, e faz bem — teria supostamente ou deveria ter, pelo quadro orgânico, um pelotão de guarnição para a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos.

Aparentemente, segundo o que foi dito e transmitido aqui, esse pelotão de guarnição e segurança não tinha elementos, estava com zero praças. Estou a falar de um período antecedente ao seu. Tem alguma informação sobre isso, tomou conhecimento sobre isso, pode dizer-nos alguma coisa?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sim, era um facto que fazia parte... Sou conhecedor do quadro orgânico anterior e atual, no qual, para já, ainda não houve alteração. Como sabe, aguarda-se, neste momento, uma definição sobre o que fazer com aquelas instalações e posso confirmar-lhe que o pelotão continua a zero.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Continua a zero? Isso é interessante. Não é forçosamente interessante, mas é um dado relevante.

A pergunta seguinte é quase de curiosidade, se me permite: deixámos de ter a mesma preocupação, obviamente, que tínhamos com os paióis, até pelas transferências que foram feitas, e, portanto, não há a mesma gravidade que havia, no entanto a missão mantém-se e continuam a proteger e a manter essa missão de segurança do perímetro, não é assim?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sim, é correto, porque também é uma decisão superior que veio pela cadeia de comando que assim o entendeu e decidiu manter a segurança física por

questões de vandalismo naquelas instalações, até que não haja uma definição sobre aquela situação.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Então, não tendo este pelotão de segurança, quem compõe e quem tem essa função? Como fazem isto, no fundo, e com que metodologia? Mantiveram a mesma? Qual é o número que rondas que fazem hoje em dia? Com que homens o fazem? Quem são os homens destacados para esta função?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sr. Deputado, julgo que não será uma novidade aquilo que vou aqui dizer. Aquilo é feito com um sargento e duas praças, em regime de rotação de 24 horas. Basicamente, é feito na área social, chamemos-lhe assim. Sei que tiveram oportunidade de visitar...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Eu não tive, mas a Comissão teve.

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Nós distinguimos, na nossa terminologia militar, como área *A* e área *B*. A área *B* seria a dos paióis propriamente ditos e a área *A* seria a parte administrativa e social da infraestrutura. Trata-se apenas e só, como digo, de manter presença como elemento dissuasor de um possível vandalismo.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — É evidente que, se não quiser responder, não vou insistir consigo nem vou exigir uma resposta à pergunta que irei fazer a seguir.

Obviamente, confrontámos o seu antecessor com esta questão: o anterior CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército) disse-nos que o

problema não seria um problema estrutural de efetivos, mas poderia ter havido desleixo. Pergunto-lhe se quer comentar.

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Não quero comentar, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Presumíamos que assim pudesse ser.

A última questão que queria colocar-lhe, também compreendendo as limitações que poderá ter para nos esclarecer, porque realmente não é decisão sua, nem lhe compete a si a decisão, é sobre se aquelas instalações poderiam ser, eventualmente se houvesse uma decisão superior nesse sentido, aproveitadas ou reaproveitadas para uma função semelhante à que tiveram anteriormente, ou seja, voltarem a ser paióis com uma segurança garantida, desde que fosse feito um investimento para esse efeito.

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sim, é uma possibilidade, obviamente. Um investimento que seja ali feito é uma questão de decisão que não está ao meu nível, como compreende, mas é uma possibilidade.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Parece-lhe que seria uma escolha interessante ou oportuna? Faria sentido? Valeria a pena? As instalações são desperdiçadas assim ou não são?

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Sr. Deputado, não conheço, como lhe digo, as novas instalações, chamemos-lhes assim, nem tampouco conheço as da Marinha, porque, como calcula, não é um local que qualquer pessoa frequente.

Então, o que lhe posso dizer é que não estou por dentro dos números, nem sei de que valores estamos a falar em relação a um lado e outro. Portanto, não tenho dados para lhe responder com exatidão a essa pergunta.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Tenente-Coronel.

Não quero fazer mais perguntas, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, agora, o Sr. Deputado Jorge Machado, do PCP, para encerrar esta primeira ronda. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, o encerramento será em tempo recorde, pois quero apenas agradecer a presença ao Sr. Tenente-Coronel.

O senhor não viu, não sabe, não tem informação que permita opinar e é respeitável essa sua posição. Portanto, não me resta dizer mais nada a não ser agradecer o seu contributo. Não tenho nenhuma pergunta para lhe colocar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Não tendo nenhuma pergunta a colocar, também não há nenhuma resposta a fornecer.

Não havendo mais perguntas a colocar, e não havendo interesse em fazer uma segunda ronda, resta-me agradecer a presença do Sr. Tenente-Coronel Pedro Marques e toda a sua disponibilidade.

Tem a palavra, Sr. Tenente-Coronel.

O Sr. Ten. Cor. Inf. **Pedro Miguel Misseno Marques**: — Queria agradecer e dizer — e não é um pedido de desculpas — que foi um prazer esta experiência que tive ao vir aqui. Infelizmente, dada a minha condição,

como vários grupos o referiram, não tinha muito a acrescentar. Ajudei no que podia. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Cumpre-me, a mim e à Mesa, agradecer a sua disponibilidade, porque, obviamente, os depoentes respondem sobre factos e na medida em que são conhecedores desses factos. Portanto, o Sr. Tenente-Coronel teve a clareza de responder a todas as perguntas que lhe foram colocadas nesses termos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, damos, então, por encerrada a reunião.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, tenho uma questão para colocar no final da reunião.

O Sr. **Presidente**: — Mas dispensávamos já o Sr. Tenente-Coronel.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Acho que sim! Era essa a ideia.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos interromper os trabalhos durante 2 ou 3 minutos e retomamos logo de seguida.

Eram 18 horas e 2 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 4 minutos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, pedia que regressassem aos seus lugares.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de apresentar dois requerimentos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — De facto, queria apenas pedir a vossa atenção, de forma muito rápida, para dizer que, da análise que fizemos de alguns documentos, verificámos que o relatório da Inspeção-Geral do Exército sobre a inspeção técnica extraordinária aos Paióis Nacionais de Tancos nos foi remetido sob a forma de documento de trabalho em fase de elaboração, ou seja, é um *draft*.

Portanto, o que queria pedir — e apresento já o requerimento ao Sr. Presidente da Comissão — é que seja solicitado ao Exército que envie o documento definitivo deste relatório.

Também tenho um outro requerimento, porque solicitámos a presença do Inspetor-Geral do Exército que, de acordo com o mapa que nos foi distribuído, estava lá como sendo o Sr. Major General Luís Nunes da Fonseca. Efetivamente, na altura do furto, não era o Sr. Major-General Luís Nunes da Fonseca, era o Sr. Major-General Jorge Manuel Lopes Nunes dos Reis. Como não queremos aumentar o número de pessoas a ouvir, pedíamos que fosse substituído o Sr. Major-General Nunes da Fonseca pelo Sr. Major-General Nunes dos Reis.

Muito obrigada, Sr. Presidente, é tudo.

O Sr. **Presidente**: — Mais algum Sr. Deputado tem algo a requerer?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não. Podemos votar e aprovar.

O Sr. **Presidente**: — Há alguma objeção a qualquer um destes requerimentos?

Pausa.

Não havendo objeção, consideram-se admitidos e aprovados ambos os requerimentos a que poderemos dar seguimento.

Srs. Deputados, como se recordam, haverá jornadas parlamentares para a semana, por essa razão voltaremos a reunir na quarta-feira.

Agora sim, está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 6 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.